

CÓDIGO CVM: 00332-8



Chesf

Proposta da Administração



Chesf



Eletrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2018.

Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2017.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2017, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Investidores” a partir do dia 26 de março de 2018.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se no **Anexo 01** do presente documento.

Item II - Destinação do Resultado do Exercício.

Em conformidade com a Legislação Societária e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. As informações relativas ao ANEXO 9-1-II À IN CVM 481/09 encontram-se no **Anexo 02** deste documento.

Participação nos lucros e resultados: Por tratar-se de obrigação construtiva decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia, em observância às normas contábeis vigentes, consignou nestas Demonstrações Financeiras provisão para fazer frente à eventual obrigação, observadas as disposições da Lei nº 10.101, de 20/12/2000 e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, cujo pagamento deverá ser objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas no montante de até R\$ 103,4 milhões.

Item III - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia.

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a proposta de remuneração anual global para os Administradores e Membros do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2018 a março de 2019 no valor de R\$ 9.774.315,51, incluído neste valor os encargos. As informações do item 13 do Formulário de Referência encontram-se no **Anexo 03** deste documento.

Recife, 19 de março de 2018

A Administração

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009
10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
10.1 Os diretores devem comentar sobre:
a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia registrou no exercício de 2017 um lucro de R\$ 1.044,0 milhões, representando uma redução de 73,8% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado abaixo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão a seguir sumarizados:

| | R\$ mil | | |
|--|-------------------|-------------------|------------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Financiamentos, empréstimos e debêntures | 2.244.315 | 2.204.009 | 1.450.646 |
| (-) Caixa, Equivalente de Caixa e TVM | 228.718 | 160.095 | 373.867 |
| Dívida líquida | 2.015.597 | 2.043.914 | 1.076.779 |
| (+) Total do patrimônio líquido | 13.856.372 | 12.597.856 | 8.864.214 |
| Total do capital | 15.871.969 | 14.641.770 | 9.940.993 |
| Índice de alavancagem financeira | 12,7% | 14,0% | 10,8% |

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta um nível de alavancagem que atingiu 12,7% em 31/12/2017.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventuais disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2017 sua dívida bruta totalizou R\$ 2.244,3 milhões, 1,8% maior que os R\$ 2.204,0 milhões em 2016, dos quais 55,4% (R\$ 1.244,0 milhões) é de curto prazo e 44,6%

(R\$ 1.000,3 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2017 o saldo de R\$ 2.015,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016 a dívida bruta totalizou R\$ 2.204,0 milhões, 51,9% maior que os R\$ 1.450,6 milhões em 2015, dos quais 42,1% (R\$ 927,0 milhões) é de curto prazo e 57,9% (R\$ 1.277,0 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2016 o saldo de R\$ 2.043,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015 a dívida bruta totalizou R\$ 1.450,6 milhões, 20,1% maior que os R\$ 1.207,6 milhões em 2014, dos quais 20,5% (R\$ 298,0 milhões) eram de curto prazo e 79,5% (R\$ 1.152,6 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2015 o saldo de R\$ 1.076,8 milhões.

| Dívida | R\$ mil | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|----------------------|----------------------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | Δ% 2017 Vrs. 2016 | Δ% 2016 Vrs. 2015 |
| Curto prazo | 1.243.969 | 926.973 | 298.038 | 34,2 | 211,0 |
| Longo prazo | 1.000.346 | 1.277.036 | 1.152.608 | (21,7) | 10,8 |
| Dívida Bruta Total | 2.244.315 | 2.204.009 | 1.450.646 | 1,8 | 51,9 |
| (-) Caixa, equivalentes de caixa e TVM | 228.718 | 160.095 | 373.867 | 42,9 | (57,2) |
| Dívida Líquida | 2.015.597 | 2.043.914 | 1.076.779 | (1,4) | 89,8 |

A estrutura de capital dos três últimos exercícios sociais está demonstrada a seguir:

| | R\$ mil | | | | |
|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| | 2017 | 2016 | 2015 | Δ% 2017 Vrs. 2016 | Δ% 2016 Vrs. 2015 |
| Capital Próprio | 13.856.372 | 12.597.856 | 8.864.214 | 10,0 | 42,1 |
| Capital de Terceiros | 10.959.555 | 10.523.062 | 6.086.178 | 4,1 | 72,9 |
| Capital Total | 24.815.927 | 23.120.918 | 14.950.392 | 7,3 | 54,7 |

A evolução do indicador medido pela relação entre capital de terceiros e capital total mostra aumento de 4,8 pontos percentuais entre 2015 e 2016, apontando 40,7% em 31/12/2015 e 45,5% em 31/12/2016. Já em 31/12/2017, o capital de terceiros passou a representar 44,0%, reduzindo 1,5 pontos percentuais em relação a 2016.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2017, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, provisão para PIDV/PAE, outras provisões – FID foi de R\$ 589,9 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 403,6 milhões, 51,0% maior que em 2016 (R\$ 267,3 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 2.244,3 milhões, 1,8% maior que em 2016 (R\$ 2.204,0 milhões).

Em 2016, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, provisão para PIDV foi de R\$ 760,4 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 267,3 milhões, 46,2% maior que em 2015 (R\$ 182,8 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 2.204,0 milhões, 51,9% maior que em 2015 (R\$ 1.450,6 milhões).

Em 2015, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para

contingências, reversão *impairment*, provisões para perda na realização de investimentos, provisões para PIDV e contrato oneroso, foi de R\$ 546,5 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 182,8 milhões, 11,7% maior que em 2014 (R\$ 163,6 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.450,6 milhões, 20,1% maior que em 2014 (R\$ 1.207,6 milhões).

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas nos três últimos exercícios sociais foram compostas por recursos provenientes de sua geração operacional de caixa, das indenizações decorrentes da prorrogação das concessões referente a Rede Básica de Novas Instalações – RBNI e pela obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, tais como, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e BNDES.

Os recursos dos financiamentos obtidos pela Chesf têm sido usados para financiar a expansão de seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica em empreendimentos corporativos e por meio de participações em parcerias, através da constituição de Sociedades de Propósito Específico.

| Fontes de Financiamento - Recursos Recebidos no Exercício | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|
| | R\$ mil | | |
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Geração Operacional de Caixa (EBITDA) | 589.864 | 760.427 | 546.484 |
| Indenizações - renovação das concessões | - | - | 1.625.575 |
| Financiamentos, empréstimos e debêntures | 656.134 | 641.546 | 476.915 |
| Total | 1.245.998 | 1.401.973 | 2.648.974 |

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia buscará a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

Endividamento Total

| | R\$ mil | | |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | 423.355 | 313.138 | 384.549 |
| Folha de pagamento | 18.464 | 20.740 | 17.141 |
| Tributos a recolher | 216.290 | 116.183 | 117.670 |
| Financiamentos e empréstimos | 1.090.875 | 926.973 | 298.038 |
| Remuneração aos acionistas | 30.600 | - | - |
| Outras provisões operacionais | 103.738 | 106.552 | 96.993 |
| Obrigações estimadas | 139.817 | 161.861 | 136.778 |
| Incentivo ao Desligamento - PIDV/PAE | 55.642 | 36.029 | 42.676 |
| Benefícios pós-emprego | 151.616 | 27.727 | 25.876 |
| Encargos setoriais | 144.579 | 73.784 | 126.042 |
| Debêntures | 153.094 | | |
| Outros | 83.149 | 232.203 | 59.362 |
| | 2.611.219 | 2.015.190 | 1.305.125 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | |
| Tributos a recolher | 21.137 | 20.477 | 19.859 |
| Passivos fiscais diferidos | 3.331.821 | 3.254.553 | 65.070 |
| Financiamentos e empréstimos | 1.000.346 | 1.277.036 | 1.152.608 |
| Benefícios pós-emprego | 973.514 | 1.391.907 | 1.130.958 |
| Incentivo ao Desligamento - PIDV/PAE | 20.691 | 37.050 | 66.845 |
| Encargos setoriais | 361.790 | 344.254 | 260.893 |
| Provisões para contingências | 2.298.304 | 1.839.391 | 1.660.536 |
| Provisão contrato oneroso | 184.587 | 279.907 | 247.012 |
| Obrigações vinculadas à Concessão | 57.381 | 59.042 | 82.240 |
| Outros | 98.765 | 4.255 | 95.032 |
| | 8.348.336 | 8.507.872 | 4.781.053 |
| CAPITAL DE TERCEIROS | 10.959.555 | 10.523.062 | 6.086.178 |

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

| | R\$ mil | | | | | | |
|-------------------|------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2017 | | | 31/12/2016 | 31/12/2015 | | |
| | Circulante | | Total | Não Circulante | | Total | Total |
| Principal | Encargos | Principal | | | | | |
| Eletrobras | 706.354 | 10.181 | 716.535 | 121.590 | 838.125 | 698.735 | 29.751 |
| Banco do Brasil | 103.448 | 80 | 103.528 | 120.689 | 224.217 | 256.454 | 385.091 |
| Banco do Nordeste | 49.075 | 1.039 | 50.114 | 67.561 | 117.675 | 158.538 | 203.997 |
| Caixa Econômica | 150.000 | 2.303 | 152.303 | 187.500 | 339.803 | 456.249 | 354.892 |
| BNDES | 66.649 | 1.746 | 68.395 | 503.006 | 571.401 | 634.033 | 476.915 |
| Total | 1.075.526 | 15.349 | 1.090.875 | 1.000.346 | 2.091.221 | 2.204.009 | 1.450.646 |

Do total de empréstimos obtidos junto à **Eletrobras**, R\$ 121.353 mil destinam-se a financiamento dos custos para implantação do Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE, R\$ 91.164 mil a realização de aportes na SPE Norte Energia S.A., R\$ 359.000 mil a realização de investimentos corporativos, aportes em SPE e implementação de ações visando à redução de custos operacionais, e saldo de outros contratos já existentes no montante de R\$ 266.608 mil.

No exercício, a Companhia quitou obrigações financeiras advindas do serviço da dívida no montante de R\$ 689.278 mil, destes, R\$ 633.318 mil mediante pagamentos e R\$ 55.960 mil através de encontro de contas com a Eletrobras.

Neste exercício, a Companhia iniciou o processo de transferência de determinadas participações acionárias detidas pela Chesf em sociedades de propósito específico, para a Eletrobras. Esta operação tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia com a Eletrobras e diminuir sua alavancagem financeira

O empréstimo junto ao **Banco do Brasil** destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os empréstimos junto ao **Banco do Nordeste** estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 3 a 6 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 3 prestações de amortização.

O empréstimo junto a **Caixa Econômica Federal**, destinou-se a constituição de capital de giro e está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

Os financiamentos junto ao **BNDES** destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras. Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

Observa-se que não existe grau de subordinação entre as dívidas mantidas pela Companhia, nem possui restrições ou impedimentos nos contratos de financiamentos, especialmente, à distribuição de dividendos. Quanto à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Companhia ou na transferência do seu controle acionário, consta, nos contratos de financiamento do BNDES, cláusula sobre as obrigações de se submeter previamente a matéria ao BNDES.

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações de natureza quirografária correspondem ao montante de R\$ 151,1 milhões (R\$ 513,0 milhões, em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 948,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015).

As obrigações com garantia real totalizaram R\$ 1.940,1 milhões, e são compostas principalmente por financiamentos e empréstimos junto à Eletrobras e a instituições financeiras, sendo as demais contas a pagar, classificadas como dívidas quirografárias.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

R\$ mil

| | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | |
|---------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | RS | % | RS | % | RS | % |
| Sem Indexador | 334.309 | 15,98% | 419.678 | 19,04% | 512.505 | 35,33% |
| IPCA | 122.491 | 5,86% | 215 | 0,01% | 300 | 0,02% |
| CDI | 1.271.898 | 60,82% | 1.394.235 | 63,26% | 739.983 | 51,01% |
| TJLP | 362.523 | 17,34% | 389.881 | 17,69% | 197.858 | 13,64% |
| Total | 2.091.221 | 100,00% | 2.204.009 | 100,00% | 1.450.646 | 100,00% |
| Principal | 2.075.872 | 99,27% | 2.188.978 | 99,32% | 1.435.645 | 98,97% |
| Encargos | 15.349 | 0,73% | 15.031 | 0,68% | 15.001 | 1,03% |
| Total | 2.091.221 | 100,00% | 2.204.009 | 100,00% | 1.450.646 | 100,00% |

- c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 1.000.346 mil (R\$ 1.277.036 mil, em 2016, e R\$ 1.152.608 mil, em 2015), tem seus vencimentos assim programados:

| | R\$ mil | | |
|--------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| 2019 | 396.630 | 513.803 | 330.526 |
| 2020 | 196.508 | 204.233 | 327.418 |
| 2021 | 104.149 | 130.911 | 145.378 |
| 2022 | 66.649 | 96.336 | 71.993 |
| 2023 | 63.712 | 58.836 | 49.905 |
| Após 2023 | 172.698 | 272.917 | 227.388 |
| Total | 1.000.346 | 1.277.036 | 1.152.608 |

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os limites dos financiamentos contratados pela Companhia e os percentuais já utilizados dos mesmos, são os demonstrados a seguir:

| Credor | Valor Contratado | Valor Utilizado | Percentual de Utilização |
|-----------------|------------------|------------------|--------------------------|
| | (R\$ mil) | (R\$ mil) | |
| Banco do Brasil | 500.000 | 500.000 | 100,00% |
| CEF | 400.000 | 400.000 | 100,00% |
| CEF | 200.000 | 200.000 | 100,00% |
| BNDES | 727.560 | 419.596 | 57,67% |
| BNDES | 475.454 | 265.538 | 55,85% |
| BNB | 32.576 | 15.573 | 47,81% |
| BNB | 4.865 | 2.433 | 50,00% |
| BNB | 388.998 | 388.998 | 100,00% |
| BNB | 158.420 | 0 | 0,00% |
| TOTAL | 2.887.873 | 2.192.138 | 75,91% |

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | Análise Vertical (%) | | | Análise Horizontal (%) | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|---------------|---------------|------------------------|----------------|
| | | | | 2017 | 2016 | 2015 | 2017 Vrs. 2016 | 2016 Vrs. 2015 |
| ATIVO | | | | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 181.262 | 140.399 | 373.867 | 0,73 | 0,61 | 2,50 | 29,10 | (62,45) |
| Títulos e valores mobiliários | 47.456 | 19.696 | 487.871 | 0,19 | 0,09 | 3,26 | 140,94 | (95,96) |
| Clientes | 588.382 | 387.478 | 378.379 | 2,37 | 1,68 | 2,53 | 51,85 | 2,40 |
| Tributos a recuperar | 88.328 | 105.437 | 188.180 | 0,36 | 0,46 | 1,26 | (16,23) | (43,97) |
| Cauções e depósitos vinculados | 26.934 | 15.561 | 11.010 | 0,11 | 0,07 | 0,07 | 73,09 | 41,34 |
| Almoxarifado | 67.347 | 76.647 | 83.478 | 0,27 | 0,33 | 0,56 | (12,13) | (8,18) |
| Serviços em curso | 250.830 | 190.169 | 162.537 | 1,01 | 0,82 | 1,09 | 31,90 | 17,00 |
| Ativo financeiro - concessões de serviço público | 2.210.158 | 1.314.991 | 114.207 | 8,91 | 5,69 | 0,76 | 68,07 | 1.051,41 |
| Dividendos a Receber | 14.084 | 62.548 | 33.846 | 0,06 | 0,27 | 0,23 | (77,48) | 84,80 |
| FachesfSaúde Mais | 65.859 | 8.448 | 42.095 | 0,27 | 0,04 | 0,28 | 679,58 | (79,93) |
| Outros | 126.358 | 121.058 | 155.285 | 0,51 | 0,52 | 1,04 | 4,38 | (22,04) |
| | 3.666.998 | 2.442.432 | 2.030.755 | 14,78 | 10,56 | 13,58 | 50,14 | 20,27 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | | | | | | |
| Clientes | 13.397 | 368 | 4.986 | 0,05 | - | 0,03 | 3.540,49 | (92,62) |
| Valores a receber - Lei nº 12.783/2013 | 487.822 | 487.822 | 487.822 | 1,97 | 2,11 | 3,26 | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 958 | 1.639 | 2.945 | - | 0,01 | 0,02 | (41,55) | (44,35) |
| Tributos a recuperar | 377.319 | 389.889 | 175.844 | 1,52 | 1,69 | 1,18 | (3,22) | 121,72 |
| Cauções e depósitos vinculados | 660.351 | 1.120.173 | 1.023.037 | 2,66 | 4,84 | 6,84 | (41,05) | 9,49 |
| Serviços em curso | - | 75.000 | 75.000 | - | 0,32 | 0,50 | (100,00) | - |
| Ativo financeiro - concessões de serviço público | 11.885.473 | 11.120.735 | 4.521.524 | 47,89 | 48,10 | 30,24 | 6,88 | 145,95 |
| FachesfSaúde Mais | - | 78.636 | 92.265 | - | 0,34 | 0,62 | (100,00) | (14,77) |
| Adiantamento a investidas | 478.000 | 456.355 | 348.887 | 1,93 | 1,97 | 2,33 | 4,74 | 30,80 |
| Outros | 36.282 | 29.612 | 27.485 | 0,15 | 0,13 | 0,18 | 22,52 | 7,74 |
| | 13.939.602 | 13.760.229 | 6.759.795 | 56,17 | 59,51 | 45,21 | 1,30 | 103,56 |
| Investimentos | 5.439.897 | 5.291.992 | 4.458.421 | 21,92 | 22,89 | 29,82 | 2,79 | 18,70 |
| Imobilizado | 1.711.542 | 1.565.595 | 1.637.476 | 6,90 | 6,77 | 10,95 | 9,32 | (4,39) |
| Intangível | 57.888 | 60.670 | 63.945 | 0,23 | 0,26 | 0,43 | (4,59) | (5,12) |
| | 21.148.929 | 20.678.486 | 12.919.637 | 85,22 | 89,44 | 86,42 | 2,28 | 60,05 |
| TOTAL DO ATIVO | 24.815.927 | 23.120.918 | 14.950.392 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 7,33 | 54,65 |

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | Análise Vertical (%) | | | Análise Horizontal (%) | |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|---------------|---------------|------------------------|----------------|
| | | | | 2017 | 2016 | 2015 | 2017 Vrs. 2016 | 2016 Vrs. 2015 |
| PASSIVO E PL | | | | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Fornecedores | 423.355 | 313.138 | 384.549 | 1,71 | 1,35 | 2,57 | 35,20 | (18,57) |
| Folha de pagamento | 18.464 | 20.740 | 17.141 | 0,07 | 0,09 | 0,11 | (10,97) | 21,00 |
| Tributos a recolher | 216.290 | 116.183 | 117.670 | 0,87 | 0,50 | 0,79 | 86,16 | (1,26) |
| Financiamentos e empréstimos | 1.090.875 | 926.973 | 298.038 | 4,40 | 4,01 | 1,99 | 17,68 | 211,03 |
| Remuneração aos acionistas | 30.600 | - | - | 0,12 | - | - | - | - |
| Outras provisões operacionais | 103.738 | 106.552 | 96.993 | 0,42 | 0,46 | 0,65 | (2,64) | 9,86 |
| Obrigações estimadas | 139.817 | 161.861 | 136.778 | 0,56 | 0,70 | 0,91 | (13,62) | 18,34 |
| Incentivo ao Desligamento - PIDV/PAE | 55.642 | 36.029 | 42.676 | 0,22 | 0,16 | 0,29 | 54,44 | (15,58) |
| Benefícios pós-emprego | 151.616 | 27.727 | 25.876 | 0,61 | 0,12 | 0,17 | 446,82 | 7,15 |
| Encargos setoriais | 144.579 | 73.784 | 126.042 | 0,58 | 0,32 | 0,84 | 95,95 | (41,46) |
| Debêntures | 153.094 | - | - | 0,62 | - | - | - | - |
| Outros | 83.149 | 232.203 | 59.362 | 0,34 | 1,00 | 0,40 | (64,19) | 291,16 |
| | 2.611.219 | 2.015.190 | 1.305.125 | 10,52 | 8,72 | 8,73 | 29,58 | 54,41 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Tributos a recolher | 21.137 | 20.477 | 19.859 | 0,09 | 0,09 | 0,13 | 3,22 | 3,11 |
| Passivos fiscais diferidos | 3.331.821 | 3.254.553 | 65.070 | 13,43 | 14,08 | 0,44 | 2,37 | 4.901,62 |
| Financiamentos e empréstimos | 1.000.346 | 1.277.036 | 1.152.608 | 4,03 | 5,52 | 7,71 | (21,67) | 10,80 |
| Benefícios pós-emprego | 973.514 | 1.391.907 | 1.130.958 | 3,92 | 6,02 | 7,56 | (30,06) | 23,07 |
| Incentivo ao Desligamento - PIDV/PAE | 20.691 | 37.050 | 66.845 | 0,08 | 0,16 | 0,45 | (44,15) | (44,57) |
| Encargos setoriais | 361.790 | 344.254 | 260.893 | 1,46 | 1,49 | 1,75 | 5,09 | 31,95 |
| Provisões para contingências | 2.298.304 | 1.839.391 | 1.660.536 | 9,26 | 7,96 | 11,11 | 24,95 | 10,77 |
| Provisão contrato oneroso | 184.587 | 279.907 | 247.012 | 0,74 | 1,21 | 1,65 | (34,05) | 13,32 |
| Obrigações vinculadas à Concessão | 57.381 | 59.042 | 82.240 | 0,23 | 0,26 | 0,55 | (2,81) | (28,21) |
| Debêntures | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | 98.765 | 4.255 | 95.032 | 0,40 | 0,02 | 0,64 | 2.221,15 | (95,52) |
| | 8.348.336 | 8.507.872 | 4.781.053 | 33,64 | 36,80 | 31,98 | (1,88) | 77,95 |
| P. LÍQUIDO | | | | | | | | |
| Capital social | 9.753.953 | 9.753.953 | 9.753.953 | 39,31 | 42,19 | 65,24 | - | - |
| Reservas de capital | 4.916.199 | 4.916.199 | 4.916.199 | 19,81 | 21,26 | 32,88 | - | - |
| Reservas de lucros | 746.160 | - | - | 3,01 | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | (1.576.803) | (1.820.879) | (1.569.138) | (6,35) | (7,88) | (10,50) | (13,40) | 16,04 |
| Lucros/Prejuízos acumulados | - | (267.407) | (4.252.682) | - | (1,16) | (28,45) | (100,00) | (93,71) |
| | 13.839.509 | 12.581.866 | 8.848.332 | 55,77 | 54,42 | 59,18 | 10,00 | 42,19 |
| Participação de não controladores | 16.863 | 15.990 | 15.882 | 0,07 | 0,07 | 0,11 | 5,46 | 0,68 |
| | 13.856.372 | 12.597.856 | 8.864.214 | 55,84 | 54,49 | 59,29 | 9,99 | 42,12 |
| TOTAL DO PASSIVO E PL | 24.815.927 | 23.120.918 | 14.950.392 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 7,33 | 54,65 |

Apresentamos a seguir uma comparação das variações significativas ocorridas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

ATIVO

Ativo Circulante

Apresentou aumento de 50,14%, passando de R\$ 2.442.432 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.666.998 mil em 31 de dezembro de 2017. As principais variações foram:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Aumento de 29,10% no caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$ 140.399 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 181.262 mil em 31 de dezembro de 2017.

Títulos e Valores Mobiliários

Aumento de 140,94% nos títulos e valores mobiliários, que passou de R\$ 19.696 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 47.456 mil em 31 de dezembro de 2017, passando a representar 0,19% do ativo total em 2017, sendo em 2016 e 2015, 0,09% e 3,26%, respectivamente.

Clientes

Aumento de 51,85%, que passou de R\$ 387.478 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 588.382 mil em 31 de dezembro de 2017.

Cauções e Depósitos Vinculados

Aumento de 73,09%, que passou de R\$ 15.561 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 26.934 mil em 31 de dezembro de 2017. As cauções no ativo circulante são garantias contratuais.

Ativo Financeiro - Concessões de Serviço Público

Aumento de 68,07% no ativo financeiro, que passou de R\$ 1.314.991 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2.210.158 mil em 31 de dezembro de 2017, passando a representar 8,91% do ativo total em 2017, sendo em 2016 e 2015, 5,69% e 0,76%, respectivamente.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante apresentou um aumento de 2,28%, passando de R\$ 20.678.486 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 21.148.929 mil em 31 de dezembro de 2017. As principais variações foram:

Realizável a Longo Prazo: Clientes

Aumento na rubrica de clientes, que passou de R\$ 368 mil em 2016 para R\$ 13.397 mil em 2017.

Realizável a Longo Prazo: Cauções e Depósitos Vinculados

Redução de 41,05% nas cauções e depósitos vinculados, passando de R\$ 1.120.173 mil em 2016 para R\$ 660.351 mil em 2017.

Realizável a Longo Prazo: Ativo Financeiro - Concessões de Serviço Público

Aumento de 6,88%, passando de R\$ 11.120.735 mil em 2016 para R\$ 11.885.473 mil em 2017.

Investimentos

Apresentou aumento de 2,79%, que passou de R\$ 5.291.992 mil em 2016 para R\$ 5.439.897 mil em 2017, representando 21,92 % de participação no ativo total da Companhia, sendo 22,89 % em 2016, e 29,82% em 2015. Os aumentos de capital realizados em Sociedades de Propósito Específico atingiram os montantes de R\$ 981,8 milhões em 2015, R\$ 769,9 milhões em 2016 e R\$ 497,0 milhões em 2017.

PASSIVO

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou 29,58%, passando de R\$ 2.015.190 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2.611.219 mil em 31 de dezembro de 2017. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

Fornecedores

Aumento de 35,20% na conta de fornecedores, passando de R\$ 313.138 mil em 2016 para R\$ 423.355 mil em 2017.

Financiamentos e Empréstimos

Aumento de 17,68% na rubrica de financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 926.973 mil, em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.090.875 mil, em 31 de dezembro de 2017, decorrente da contratação de novos empréstimos junto a Eletrobras para a realização de programas de investimento.

Incentivo ao Desligamento – PIDV/PAE

Aumento de 54,44% na rubrica, passando de R\$ 36.029 mil, em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 55.642 mil, em 31 de dezembro de 2017, decorrente, basicamente, da implementação do Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE 2017.

Benefícios Pós-Emprego

Aumento de 446,82% na rubrica, passando de R\$ 27.727 mil, em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 151.616 mil, em 31 de dezembro de 2017.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante apresentou redução de 1,88%, passando de R\$ 8.507.872 mil em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 8.348.336 mil em 31 de dezembro de 2017. As principais variações no passivo não circulante foram as seguintes:

Passivos Fiscais Diferidos

A rubrica representa 13,43% do passivo total em 2017 e teve aumento de 2,37% em relação a 2016, passando de R\$ 3.254.553 mil para R\$ 3.331.821 mil. Tal efeito decorre dos débitos fiscais relativos ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido provenientes de diferenças temporárias.

Incentivo ao Desligamento – PIDV/PAE

Redução de 44,15% na rubrica *Incentivo ao Desligamento – PIDV/PAE* no passivo não circulante, cujo montante registrado é de R\$ 20.691 mil (R\$ 37.050 mil, em 2016).

Provisões para Contingências

A rubrica representa 9,26% do passivo total (7,96% em 2016) e aumentou 24,95% em 2017, passando de R\$ 1.839.391 mil, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2.298.304 mil, em 31 de dezembro de 2017, esta variação é decorrente do registro de novos processos judiciais cíveis e da atualização de processos existentes.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou aumento de 9,99%, passando de R\$ 12.597.856 mil, em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 13.856.372 mil, em 31 de dezembro de 2017, em decorrência do lucro líquido apurado no valor de R\$ 1.044.049 mil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(em milhares de reais)

| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 | Análise Vertical (%) | | | Análise Horizontal (%) | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------|----------------|------------------------|-------------------|
| | | | | 2017 | 2016 | 2015 | 2017 Vrs. 2016 | 2016 Vrs. 2015 |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 5.753.685 | 13.451.447 | 4.774.253 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | (57,23) | 181,75 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | (827.624) | (711.757) | (734.391) | (14,38) | (5,29) | (15,38) | 16,28 | (3,08) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 4.926.061 | 12.739.690 | 4.039.862 | 85,62 | 94,71 | 84,62 | (61,33) | 215,35 |
| CUSTO OPERACIONAL | | | | | | | | |
| Custo com energia elétrica | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | (311.103) | (342.197) | (346.350) | (5,41) | (2,54) | (7,25) | (9,09) | (1,20) |
| Encargos de uso da rede de transmissão | (634.616) | (673.051) | (673.906) | (11,03) | (5,00) | (14,12) | (5,71) | (0,13) |
| Custo de operação | | | | | | | | |
| Pessoal, material e serviços de terceiros | (561.569) | (486.866) | (453.389) | (9,76) | (3,62) | (9,50) | 15,34 | 7,38 |
| Combustíveis para a produção de energia | - | (7.803) | (176.425) | - | (0,06) | (3,70) | (100,00) | (95,58) |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | (5.749) | (9.332) | (9.691) | (0,10) | (0,07) | (0,20) | (38,39) | (3,70) |
| Depreciação e amortização | (30.654) | (32.098) | (34.302) | (0,53) | (0,24) | (0,72) | (4,50) | (6,43) |
| Provisão (reversão) contrato oneroso | 95.320 | (32.895) | (132.288) | 1,66 | (0,24) | (2,77) | (389,77) | (75,13) |
| Outros | (34.556) | 37.635 | 46.798 | (0,60) | 0,28 | 0,98 | (191,82) | (19,58) |
| | (1.482.927) | (1.546.607) | (1.779.553) | (25,77) | (11,50) | (37,27) | (4,12) | (13,09) |
| CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS | (636) | (2.346) | (1.283) | (0,01) | (0,02) | (0,03) | (72,89) | 82,85 |
| CUSTO DE CONSTRUÇÃO | (620.834) | (582.833) | (999.995) | (10,79) | (4,33) | (20,95) | 6,52 | (41,72) |
| LUCRO BRUTO | 2.821.664 | 10.607.904 | 1.259.031 | 49,04 | 78,86 | 26,37 | (73,40) | 742,55 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | (1.318.736) | (4.104.956) | (1.891.480) | (22,92) | (30,52) | (39,62) | (67,87) | 117,02 |
| RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | 1.502.928 | 6.502.948 | (632.449) | 26,12 | 48,34 | (13,25) | (76,89) | (1.128,22) |
| RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL | (27.167) | 456.751 | (16.566) | (0,47) | 3,40 | (0,35) | (105,95) | (2.857,16) |
| RESULTADO FINANCEIRO | (250.249) | 14.881 | 66.029 | (4,35) | 0,11 | 1,38 | (1.781,67) | (77,46) |
| Resultado Operacional | 1.225.512 | 6.974.580 | (582.986) | 21,30 | 51,85 | (12,21) | (82,43) | (1.296,35) |
| Imposto de renda e contribuição social | (181.463) | (2.989.197) | 106.994 | (3,15) | (22,22) | 2,24 | (93,93) | (2.893,80) |
| LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO | 1.044.049 | 3.985.383 | (475.992) | 18,15 | 29,63 | (9,97) | (73,80) | (937,28) |
| RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS CONTROLADORES | 1.044.167 | 3.985.275 | (475.864) | 18,15 | 29,63 | (9,97) | (73,80) | (937,48) |
| RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS NÃO CONTROLADORES | (118) | 108 | (128) | - | - | - | (209,26) | (184,28) |
| Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$) | 18,68 | 71,29 | (8,51) | - | - | - | (73,80) | (937,28) |

A análise horizontal das variações significativas ocorridas nas contas de resultado está discriminada no item 10.2, logo a seguir, em razão de existir item específico para análise das variações de resultado.

a. resultados das operações do emissor, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas Operacionais

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica, conforme abaixo discriminado:

As receitas da atividade de **GERAÇÃO** derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação a Receita de **TRANSMISSÃO**, a Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão n.º 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços e de receitas resultantes de arrendamentos e aluguéis.

Deduções da Receita Operacional

Os tributos incidentes sobre a receita da Chesf consistem no ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Outras deduções da receita bruta são os encargos setoriais, que compreendem a Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela Aneel, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

A partir do exercício de 2013, com a Lei n.º 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFRH) relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Chesf foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, objeto da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, cujo objetivo foi a redução dos preços da energia para os consumidores em geral, o que trouxe uma forte queda de receitas fixas de geração e transmissão; e a renovação dos contratos com consumidores industriais nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677/2015 de 22 de junho de 2015, convertida na Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015.

Cenário Econômico

Condições Macroeconômicas Brasileiras

Em 2015, a economia se manteve em recessão técnica após as seguidas variações trimestrais negativas. Houve forte contração de 3,8% no PIB, a maior em mais de duas décadas. O recuo da demanda foi mais intenso que o previsto e o investimento seguiu a tendência de queda que persiste já há dois anos, agravada ao longo de 2015. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano acumulada em 10,67%, a taxa mais elevada desde 2003, decorrente de ajustes nos preços administrados dos serviços e produtos, tais como combustíveis e energia elétrica, aumento da cotação do dólar nominal e continuidade de alta nos preços de serviços, tais como saúde e educação.

Em 2016, a atividade econômica registrou nova contração de 3,6% do PIB. O investimento e o consumo das famílias apresentaram recuo, entretanto, a consequente ociosidade da capacidade produtiva da indústria abre caminho para a expectativa de algum crescimento em 2017, ainda que a recuperação do investimento seja lenta. Essa ociosidade vem repercutindo de maneira dura no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego encerrado no quarto trimestre de 2016 em 11,5%, contra fechamento de 8,5% em 2015. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano acumulada em 6,29%, decorrente do freio no consumo e no investimento pela perda do dinamismo da economia que atenuou a pressão sobre os preços.

O ano de 2017 foi caracterizado, conforme carta de conjuntura de dezembro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por um processo contínuo de recuperação cíclica da economia brasileira. A produção, cuja trajetória havia encerrado 2016 de maneira instável, apresentou crescimento em todos os trimestres de 2017. No mesmo sentido, a inflação recuou fortemente ao longo do ano, voltando a crescer, em patamares confortáveis, apenas no último bimestre.

A atividade econômica, após declínio de 3,8% em 2015 e nova contração de 3,6% em 2016, encerrou 2017 registrando crescimento de 1% de acordo com o IBGE. No fundamento deste resultado estão as trajetórias crescentes do consumo das famílias, fortalecida pela liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e que vem se mostrando permanente; e do investimento, que também apresentou recuperação, retomando o fôlego após quatro anos de declínio.

A recuperação gradual da atividade repercutiu de maneira tímida no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego encerrado 2017 no patamar de 11,8%, 0,2 pontos percentuais abaixo dos 12% registrados em 2016. Há, no entanto, indícios de que a qualidade do emprego tenha piorado, tendo o número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada crescido 5,7% em relação a 2016.

Por sua vez, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que já havia atingido em 2016 seu índice mais baixo desde 2013, encerrando o ano em 6,29%, registrou queda de 5,2% ao final de outubro em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse fato repercute o

declínio no preço dos alimentos, mas o aumento nos preços administrados como o da energia elétrica e os dos derivados do petróleo fez com o que a trajetória voltasse a ascender, ainda que de maneira bem comportada, no último bimestre. No entanto, a expectativa de crescimento em patamares confortáveis não minou o resultado do ano, tendo o IPCA fechado 2017 em 2,95%, o menor índice desde 1998.

No setor elétrico, conforme homologado pelo Despacho ANEEL Nº 2.076/2016 e posteriormente determinado pela Portaria Nº 120/2016, foram incluídos na base de remuneração dos empreendimentos de transmissão da CHESF os valores de custo de capital referentes à parcela dos ativos reversíveis existentes em 2000 e ainda não amortizados, conforme laudo de R\$5,09 bilhões para fins de indenização à CHESF. Assim, os valores foram incorporados à Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia no reajuste tarifário de 2017, conforme Resolução Homologatória Nº 2.258/2017.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

No ano de 2017, a Companhia registrou um lucro de R\$ 1.044,0 milhões, representando uma redução de 73,8% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

No ano de 2016, a Companhia registrou um lucro de R\$ 3.985,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 476,0 milhões em 2015. Este resultado foi principalmente decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

No Ano de 2015, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 476,0 milhões, contra um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões em 2014. Apesar de negativo, houve avanços em alguns itens, reflexo das medidas tomadas visando a retomada da lucratividade, tais como, aumento de receita operacional, redução de alguns custos e despesas operacionais e melhoria no Ebitda.

No ano de 2017, a Companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ 250,2 milhões, o que representa uma variação negativa de R\$ 265,1 milhões em relação a 2016, decorrente principalmente da redução das aplicações financeiras e das variações monetárias e acréscimos moratórios – energia vendida, bem como do aumento dos encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos. Já em 2016 e 2015, foi registrado resultado financeiro positivo de R\$ 14,9 milhões e R\$ 66,0 milhões, respectivamente.

| | (R\$ milhões) | | |
|--|----------------|-------------|-------------|
| Receitas (despesas) financeiras | 2017 | 2016 | 2015 |
| Resultado de aplicações financeiras | 32,0 | 58,4 | 138,1 |
| Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida | 58,7 | 121,6 | 110,3 |
| Outras variações monetárias ativas | 9,3 | 20,5 | 2,9 |
| Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos | (280,2) | (200,7) | (143,4) |
| Variações monetárias de empréstimos e financiamentos | (4,8) | (4,5) | (0,9) |
| Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013 | - | - | (70,6) |
| Outras receitas (despesas) financeiras | (65,3) | 19,7 | 29,6 |
| (=) Resultado financeiro líquido | (250,2) | 14,9 | 66,0 |

A **receita operacional bruta** totalizou R\$ 5.753,7 milhões, representando uma redução de 57,23% em comparação com o exercício anterior. A redução apresentada decorreu basicamente da receita financeira do RBSE reconhecida em 2016 referente aos valores homologados pela Aneel dos Ativos da Transmissão, e que, naturalmente, não se repetiu em 2017. Não obstante esse fato, todas as demais rubricas de receitas tiveram aumento em 2017, conforme demonstramos: Fornecimento e Suprimento de Energia (+3,59%); Operação e Manutenção do Sistema de Transmissão (+19,37%); e Energia Elétrica de Curto Prazo CCEE (178,20%).

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 827,6 milhões no ano de 2017 representando um aumento de 16,28% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 580,0 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (aumento de 32,20% em relação a 2016), e R\$ 247,7 milhões a encargos regulatórios (redução de 9,30% em relação a 2016).

A **receita operacional líquida (ROL)**, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou em 2017 uma variação negativa de 61,33% em relação ao período anterior. Essa redução é decorrente do reconhecimento em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 3.423,1 milhões no exercício de 2017, apresentando uma redução de R\$ 2.813,6 milhões (45,11%) em relação ao ano anterior. Esta redução foi decorrente, principalmente, da variação de R\$ 2.995,4 milhões apurada no registro de provisão/reversão de *impairment*/contrato oneroso, sendo registrada reversão de R\$ 763,3 milhões em 2017 contra o registro de provisão de R\$ 2.232,1 milhões em 2016.

| | 31/12/2017 | | | 31/12/2016 | 31/12/2015 | Análise Horizontal (%) | |
|--|---------------------|-----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------------|----------------|
| | Custos Operacionais | Despesas Operacionais | Total | Total | Total | 2017 Vrs. 2016 | 2016 Vrs. 2015 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 311.103 | - | 311.103 | 315.139 | 346.350 | (1,28) | (9,01) |
| Encargos de uso da rede de transmissão | 634.616 | - | 634.616 | 611.915 | 673.906 | 3,71 | (9,20) |
| Custo de construção | 620.834 | - | 620.834 | 582.833 | 999.995 | 6,52 | (41,72) |
| Pessoal | 450.921 | 924.043 | 1.374.964 | 1.021.403 | 934.041 | 34,62 | 9,35 |
| Material | 10.906 | 14.989 | 25.895 | 23.371 | 25.617 | 10,80 | (8,77) |
| Combustíveis para a produção de energia | - | - | - | 7.803 | 176.425 | (100,00) | (95,58) |
| Serviços de terceiros | 100.378 | 116.922 | 217.300 | 234.443 | 218.604 | (7,31) | 7,25 |
| Depreciação e amortização | 30.654 | 65.429 | 96.083 | 101.753 | 106.565 | (5,57) | (4,52) |
| Comp. Fin. Pela utiliz. de recursos hídricos | 5.749 | - | 5.749 | 9.332 | 9.691 | (38,39) | (3,70) |
| Reversão contrato oneroso | (95.320) | - | (95.320) | 32.895 | 132.288 | (389,77) | (75,13) |
| Benefício pós-emprego | - | 117.468 | 117.468 | 131.221 | 123.537 | (10,48) | 6,22 |
| Arrendamentos e aluguéis | 4.635 | 10.580 | 15.215 | 15.532 | 19.654 | (2,04) | (20,97) |
| Tributos | 872 | 6.035 | 6.907 | 7.459 | 13.575 | (7,40) | (45,05) |
| Provisões para contingências | - | 515.098 | 515.098 | 287.179 | 353.602 | 79,36 | (18,78) |
| Provisão para impairment | - | (763.290) | (763.290) | 2.232.115 | 377.515 | (134,20) | 491,27 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | 21.703 | 21.703 | 110.711 | 84.815 | (80,40) | 30,53 |
| Perdas com clientes | - | (511) | (511) | 36.884 | 58.560 | (101,39) | (37,02) |
| Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos | - | 248.628 | 248.628 | 278.613 | - | (10,76) | - |
| Outras provisões - FID | - | 58.522 | 58.522 | - | - | - | - |
| Outras provisões operacionais | - | (30.738) | (30.738) | 54.837 | 48.026 | (156,05) | 14,18 |
| Outros | 29.049 | 13.858 | 42.907 | 141.304 | (30.455) | (69,63) | (563,98) |
| Total | 2.104.397 | 1.318.736 | 3.423.133 | 6.236.742 | 4.672.311 | (45,11) | 33,48 |

O **resultado do serviço (EBIT)** foi positivo em R\$ 1.502,9 milhões, representando uma redução de R\$ 5.000,0 milhões em relação ao montante de R\$ 6.502,9 milhões obtido em 2016. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 51,04% em 2016, para 30,51% em 2017, uma variação negativa de 20,54 pontos percentuais.

Os **investimentos corporativos** para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 898,3 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 256,7 milhões em geração de energia; R\$ 597,9 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 43,7 milhões em outros gastos de infraestrutura.

Os **investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs)**, através da Integralização de Capital e da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizaram R\$ 522,2 milhões, representando uma redução de 41,70 % em relação ao ano de 2016, em função da entrada em operação da maioria das SPEs.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA foi R\$ 589,9 milhões em 2017, contra o montante de R\$ 760,4 milhões em 2016. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 11,97% em 2017 contra 5,96% obtida em 2016, representando uma redução de 6,01 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** pela Companhia em 2017 foi de R\$ 3.912,6 milhões, contra R\$ 9.037,5 milhões gerados em 2016, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (31,47%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (29,78%); terceiros (12,07%); e lucro aos acionistas (26,68%).

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IPCA, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica, além dos despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o preço praticado no Mercado de Curto Prazo.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A situação financeira e o resultado das operações da Chesf são afetados pela inflação, uma vez que parte de suas receitas são indexadas a índices de inflação (IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. Em 31/12/2017: 15,98% dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não detinham indexador (19,04% em 2016, 35,33% em 2015); 60,82% estavam indexados pelo CDI (63,26% em 2016, 51,01% em 2015); 17,34% dessas obrigações estavam indexadas pela taxa de juros de longo prazo (17,69% em 2016, 13,64% em 2015); e apenas 5,86% eram reajustados pelo IPCA.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia nos investimentos em SPEs, totalizaram R\$ 1.352,5 milhões em 2015, R\$ 895,7 milhões em 2016, e R\$ 522,2 milhões em 2017.

As Sociedades de Propósito Específico nas quais a Companhia tem participação, bem como, o respectivo saldo contábil dos investimentos nos três últimos exercícios, são os seguintes:

| Sociedade de Propósito Específico | Participação (%) | Data de Constituição/Aquisição | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|------------------|--------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| - STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. | 49,00% | 27/10/2003 | 216.741 | 202.898 | 176.941 |
| - Energética Águas da Pedra S.A. | 24,50% | 03/04/2007 | 111.349 | 104.650 | 103.307 |
| - Integração Transmissora de Energia S.A. | 12,00% | 20/12/2005 | 51.240 | 47.907 | 42.084 |
| - Manaus Transmissora de Energia S.A. | 19,50% | 22/04/2008 | 270.678 | 257.420 | 244.950 |
| - Interligação Elétrica do Madeira S.A. | 24,50% | 18/12/2008 | 657.257 | 564.755 | 489.031 |
| - ESBR Participações S.A. | 20,00% | 12/02/2009 | 1.648.570 | 1.665.961 | 1.396.062 |
| - Manaus Construtora Ltda. | 19,50% | 30/01/2009 | 7.545 | 7.343 | 7.449 |
| - TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A. | 49,00% | 12/01/2010 | 27.309 | 7.829 | 7.236 |
| - Norte Energia S.A. | 15,00% | 21/07/2010 | 1.725.233 | 1.607.827 | 1.042.090 |
| - Sete Gameleiras S.A. | 49,00% | 07/10/2010 | 26.827 | 22.282 | 22.888 |
| - São Pedro do Lago S.A. | 49,00% | 07/10/2010 | 21.888 | 17.401 | 16.423 |
| - Pedra Branca S.A. | 49,00% | 07/10/2010 | 24.064 | 17.329 | 17.592 |
| - Interligação Elétrica Garanhuns S.A. | 49,00% | 22/09/2011 | 356.302 | 360.072 | 318.972 |
| - Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. | 100,00% | 07/07/2011 | 505.220 | 62.226 | 36.079 |
| - Vamcruz I Participações S.A. | 49,00% | 07/07/2014 | 131.635 | 92.452 | 73.368 |
| - Chapada Piauí I Holding S.A. | 49,00% | 08/05/2014 | 91.851 | 104.060 | 109.497 |
| - Baraúnas I Energética S.A. | 49,00% | 18/11/2013 | 18.872 | 19.392 | 17.356 |
| - Mussambê Energética S.A. | 49,00% | 18/11/2013 | 20.977 | 21.207 | 21.724 |
| - Morro Branco I Energética S.A. | 49,00% | 18/11/2013 | 15.733 | 16.558 | 17.019 |
| - Baraúnas II Energética S.A. | 1,50% | 26/12/2013 | 428 | 594 | 585 |
| - Banda de Couro Energética S.A. | 1,70% | 26/12/2013 | 629 | 891 | 928 |
| - Eólica Serra das Vacas Holding S.A. | 49,00% | 08/10/2015 | 96.172 | 94.614 | 97.374 |
| - Chapada Piauí II Holding S.A. | 49,00% | 08/05/2014 | 172.249 | 117.701 | 142.187 |
| - Companhia Energética SINOP S.A. | 24,50% | 28/10/2013 | 269.749 | 215.610 | 89.526 |
| - Usina de Energia Eólica Acauã Energia S.A. | 99,93% | 14/11/2013 | 36.644 | 34.336 | 34.280 |
| - Usina de Energia Eólica Angical 2 Energia S.A. | 99,96% | 14/11/2013 | 56.564 | 51.329 | 51.102 |
| - Usina de Energia Eólica Arapapá Energia S.A. | 99,90% | 14/11/2013 | 31.504 | 19.635 | 19.621 |
| - Usina de Energia Eólica Caititu 2 Energia S.A. | 99,96% | 14/11/2013 | 50.780 | 48.027 | 47.531 |
| - Usina de Energia Eólica Caititu 3 Energia S.A. | 99,96% | 14/11/2013 | 48.946 | 43.893 | 43.776 |
| - Usina de Energia Eólica Carcará Energia S.A. | 99,96% | 14/11/2013 | 51.232 | 48.749 | 49.658 |
| - Usina de Energia Eólica Corrupião 3 Energia S.A. | 99,96% | 14/11/2013 | 51.883 | 52.827 | 52.299 |
| - Usina de Energia Eólica Teiú 2 Energia S.A. | 99,95% | 14/11/2013 | 45.528 | 39.693 | 39.464 |
| - Coqueirinho 2 Energia S.A. | 99,98% | 03/02/2014 | 100.899 | 89.151 | 90.872 |
| - Papagaio Energia S.A. | 99,96% | 03/02/2014 | 58.547 | 57.438 | 57.646 |
| - Tamanduá Mirim 2 Energia S.A. | 83,01% | 03/02/2014 | 81.282 | 77.135 | 76.607 |
| | | | 7.082.327 | 6.191.192 | 5.053.524 |

Controle Acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A

Em 2015, a Companhia recebeu autorização da Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para a aquisição das ações da SPE **Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.** A acionista CTEEP, participante do consórcio vencedor do empreendimento, manifestou a sua saída do projeto desde o início, tendo no entanto permanecido na sociedade até a conclusão de todos os procedimentos para a transferência definitiva. Todos os investimentos na SPE foram realizados com recursos próprios da Chesf.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP seja aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assumira a totalidade das ações da SPE.

Em 14/08/2017, foi emitido um relatório pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras Holding (Relatório à Diretoria Executiva – DF 068/2017), referente a atualização dos estudos para a ratificação das decisões que aprovaram a reestruturação societária da ETN. Com os fundamentos do relatório, através da RES-556/2017, a Diretoria Executiva da Eletrobras e por meio da DEL-194/2017 Conselho de Administração da Eletrobras, aprovaram a reestruturação, contemplando a assunção do controle acionário da ETN pela Chesf e, posteriormente, a sua incorporação.

Em 26/10/2017, foi emitido o Despacho da Aneel nº 3.599/2017, com a permissão da operação na qual a CTEEP venderá todas as suas ações de emissão da ETN para a Chesf, desta forma, a Chesf será detentora de 100% das ações representativas do capital social da ETN.

Em 07/11/2017, a Eletrobras encaminhou ao Ministério de Minas e Energia a carta CTA-DF-2697/2017, referente a assunção do controle acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, solicitando encaminhamento para manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança da Empresas Estatais – SEST.MPDG sobre o assunto.

Em 29/11/2017, o Ministério de Minas e Energia encaminhou a SEST, através do Ofício nº 175/201/AGE/SE-MME, a carta CTA-DF-2697/2017 e seus anexos, ressaltando a aprovação da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Eletrobras e o parecer favorável do Ministério.

Em 31/01/2018, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22597/2017 – MP, aprovou o controle acionário formal da ETN.

Dação em Pagamento de Participação Acionária em SPEs

Em reunião realizada em 30/06/2017 do Conselho de Administração da Eletrobras, foi aprovado o recebimento pela Eletrobras, de determinadas participações acionárias detidas pela Chesf, em sociedades de propósito específico (“SPE”), de geração eólica e de transmissão.

A operação acima mencionada representa uma das etapas previstas no Plano Diretor de Negócios e Gestão (“PDNG”) 2017/2021, divulgado ao mercado pela nossa controladora, Eletrobras, por meio do Fato Relevante de 17 de novembro de 2016 e comunicados ao mercado da Chesf de 30 de junho de 2017, 21 de julho de 2017 e 26 de fevereiro de 2018. A transferência de ativos da Chesf para a Eletrobras, tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia com a Eletrobras e diminuir sua alavancagem financeira.

Essas participações societárias, posteriormente e conforme avaliações em andamento, poderão ser vendidas para o mercado pela Eletrobras, em conjunto ou separadamente.

Abaixo são listadas as SPEs envolvidas no processo de dação:

| SPEs | % de participação |
|---|--------------------------|
| Integração Transmissora de Energia S.A. | 12,00% |
| Interligação Elétrica do Madeira S.A. | 24,50% |
| Manaus Transmissora de Energia S.A. | 19,50% |
| Pedra Branca S.A. | 49,00% |
| São Pedro do Lago S.A. | 49,00% |
| Sete Gameleiras S.A. | 49,00% |
| Baraúnas I Energética S.A. | 49,00% |
| Mussambê Energética S.A. | 49,00% |
| Morro Branco I Energética S.A. | 49,00% |
| Baraúnas II Energética S.A. | 1,50% |
| Banda de Couro Energética S.A. | 1,70% |
| Vamcruz I Participações S.A. | 49,00% |
| Chapada do Piauí I Holding S.A. | 49,00% |
| Chapada do Piauí II Holding S.A. | 49,00% |
| Eólica Serra das Vacas Holding S.A. | 49,00% |

Em alguns casos, em função de acordo de acionistas, a participação da Chesf deverá ser tratada diretamente com o parceiro privado no empreendimento.

A efetiva transferência dos ativos depende de autorização regulatória, societária e de agentes financiadores, conforme o caso.

c. eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2017, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir de 2015 a Companhia passou a consolidar em suas Demonstrações Financeiras os seus investimentos nas SPEs *Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.* e *Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A.*

A Companhia, em 31/12/2014, apresentou as suas Demonstrações Financeiras de forma consolidada, visto que a partir de 29/10/2014 passou a exercer o controle das Sociedades de Propósito Específico componentes dos *Complexos Eólicos Pindaí I* e *Pindaí II*.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, datado de 19 de março de 2018, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o valor correspondente relativo ao lucro líquido individual e consolidado da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparabilidade, foi diminuído em R\$ 27.450 mil, como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da

Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos em SPEs que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos e eólicos, sendo os mais relevantes os projetos hidrelétricos da UHE Belo Monte (Rio Xingu), UHE Sinop (Rio Teles Pires) e Complexo Eólico Pindiaí I. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., que se encontram em fase pré-operacional, nas quais a Companhia participa com 20%, 15% e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2017, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 2.650.340 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das Empresas do Sistema Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas do Sistema Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “Lei Anticorrupção Brasileira”.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, datado de 23 de março de 2017, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi diminuído em R\$ 27.450 mil como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em

excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional de empresas investidas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 31.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Madeira) e UHE Belo Monte (Rio Xingu). Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras depende da capacidade dessas investidas de continuarem a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2016, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 1.518.165 mil, porém não apresentam passivo a descoberto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigações dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “Lei Anticorrupção Brasileira”.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Continuidade operacional de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, datado de 28 de março de 2016, contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17 (a), em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Administração da Companhia tomou conhecimento, por

meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, a Eletrobras, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos e não puderam ser estimados pela Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Ênfase

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, totalizam R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme citado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos,

de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., Companhia Energética Sinop S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Sento Sé III, Chapada do Piauí II Holding S.A., e Eólica Serra das Vacas Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, 24,5% e as demais investidas com 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2015, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 2.069.872 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.”

Quanto à **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras “Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “Lei Anticorrupção Brasileira”.

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Valores a receber sujeitos a aprovação do regulador”**, a Diretoria entende que a Companhia será indenizada dos valores relativos aos ativos de transmissão e geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente.

A Companhia, em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por

empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela Aneel, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “*Continuidade operacional de empresas investidas*”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas e críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Ativos e passivos fiscais diferidos** - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.
- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Contratos onerosos** - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de

premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração. A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.

- **Valor recuperável de ativos de longa duração** - A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.
- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- **Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.**

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como**
 - i. arredondamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2017, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, no exercício de 2017, teve seu Orçamento de Investimento aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.414, de 10/01/2017, revisado através das Portarias MPO nº 150 e 151 de 25/05/2017 e posteriormente suplementado por meio da Lei nº 13.512/2017 de 24/11/2017.

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

| | R\$ mil |
|---|------------------------|
| DESCRIÇÃO | REALIZAÇÃO 2017 |
| INFRAESTRUTURA | 44.092 |
| Manutenção de bens imóveis | 1.757 |
| Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos) | 12.750 |
| Manutenção de informática, informação e teleprocessamento | 29.585 |
| GERAÇÃO | 259.309 |
| Manutenção sistema de geração de energia | 19.725 |
| Implantação do Parque Eólico Casa Nova | 18.521 |
| Implantação de Parques Eólicos Futuros | 220.629 |
| Implantação de Parque Solar em Petrolina | 433 |
| IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA | 20.684 |
| TRANSMISSÃO | 603.866 |
| Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste | 168.365 |
| Reforços e melhorias do sistema de transmissão | 298.915 |
| Manutenção do sistema da transmissão | 136.586 |
| TOTAL GERAL | 927.951 |

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.587, de 02/01/2018, o valor total de R\$ 1.559.005 mil, com as seguintes aplicações:

| | R\$ mil |
|---|------------------------------|
| DESCRIÇÃO | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2018 |
| INFRAESTRUTURA | 109.605 |
| Manutenção de bens imóveis | 9.951 |
| Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos) | 35.993 |
| Manutenção de informática, informação e teleprocessamento | 63.661 |
| GERAÇÃO | 155.907 |
| Manutenção sistema de geração de energia | 75.637 |
| Implantação de Parque Eólico Casa Nova I | 29.224 |
| Implantação de Parques Eólicos Futuros | 47.560 |
| Central Fotovoltaica em Petrolina | 3.486 |
| Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Itaparica | 50 |
| Ampliação da Capacidade de Geração Nordeste | 50 |
| Implantação de Centrais Solares Futuras | 50 |
| IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA | 80.510 |
| TRANSMISSÃO | 1.212.832 |
| Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste | 356.538 |
| Reforços e melhorias do sistema de transmissão | 527.726 |
| Manutenção do sistema da transmissão | 328.568 |
| TOTAL GERAL | 1.559.005 |

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para os empreendimentos em andamento e os previstos são compostas por: geração de caixa nas suas operações, financiamentos e empréstimos contratados e a contratar, e dividendos recebidos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

As diretrizes estratégicas constante do Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas do Sistema Eletrobras (PDNG) para o quinquênio 2018-2022, divulgado ao mercado em 17 de dezembro de 2017, por meio de Fato Relevante emitido pela controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, contempla um conjunto de iniciativas para o alcance dos objetivos estratégicos da holding e de suas subsidiárias.

Dentre tais iniciativas, no âmbito do pilar "Disciplina Financeira" existe a previsão de venda de ativos pela Eletrobras e por suas subsidiárias.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Apenas o descrito no item a.

c. novos produtos e serviços, indicando

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.

ANEXO 02

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Informações do Anexo 9-1-II da IN CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

| | 2017 (R\$) |
|----------------------------|------------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 1.044.167.220,14 |

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

| | Quantidade de Ações | Dividendos | Dividendo por Ação |
|-------------|------------------------|----------------|-----------------------|
| Total Ações | 55.904.895 | 576.857.913,27 | 10,318558210 |

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

| 2017 (%) |
|----------|
| 55,25 |

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável, uma vez que não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

| | Quantidade de Ações | Dividendos | Dividendo por Ação |
|---------------------|------------------------|----------------|-----------------------|
| Ações Ordinárias | 54.151.081 | 546.258.410,03 | 10,08767323 |
| Ações Preferenciais | 1.753.814 | 30.599.503,23 | 17,44740504 |
| Total Ações | 55.904.895 | 576.857.913,27 | 10,318558210 |

- b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.**
 c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**
 d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de Acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2017 até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic. Sobre a parcela referente a atualização incidirá IRRF.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em

lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

O item 6 não é aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

| | 2017 | 2016 | 2015 |
|------------------------|-------------|--------------|-------|
| | (R\$) | (R\$) | (R\$) |
| Lucro Líquido por Ação | 18,67755945 | 71,286691443 | - |

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Em razão de prejuízos acumulados no período de 2012 a 2016, não houve distribuição de dividendos ou JSCP nos 3 (três) exercícios anteriores.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

| 2017 (R\$) |
|---------------|
| 38.838.008,37 |

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

| | |
|--|-----------------------|
| (+) Lucro líquido do exercício | 1.044.167.220,14 |
| (-) Prejuízos Acumulados (Art. 189 Lei nº 6.404/76) | 267.407.052,69 |
| (=) Lucro Líquido do Exercício após a compensação de prejuízos (Art. 191 Lei nº 6.404/76) | 776.760.167,45 |
| (x) percentual sobre o LLE após compensação de prejuízos acumulados | 5% |
| (=) Reserva legal (Art. 193 Lei nº 6.404/76) | 38.838.008,37 |

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Os acionistas detentores de ações preferenciais, quando da destinação dos lucros do exercício, tem a garantia estatutária de que o valor da parcela dos lucros atribuível a essas ações será de no mínimo equivalente a 10% do valor do capital social dessas ações.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro líquido é suficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos aos acionistas preferencialistas

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

- d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.**

| | Quantidade de Ações | Dividendo Mínimo | Dividendo por Ação |
|---------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------------|
| Ações Preferenciais | 1.753.814 | 30.599.503,24 | 17,44740505 |

- e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

| | Quantidade de Ações | Dividendo Mínimo | Dividendo por Ação |
|---------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------------|
| Ações Preferenciais | 1.753.814 | 30.599.503,24 | 17,44740505 |

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório correspondente a: (i) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; mais (ii) o saldo do lucro líquido do exercício, se houver, que remanescer após as destinações mencionadas nos arts. 193 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

- b. **Informar se ele está sendo pago integralmente.**

O dividendo mínimo obrigatório calculado na forma descrita no item 10a acima, será pago para os acionistas preferencialistas. Para os acionistas detentores de ações ordinárias o dividendo será retido em reserva especial.

- c. **Informar o montante eventualmente retido.**

R\$ 546.258.410,03

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. **Informar o montante da retenção.**

R\$ 546.258.410,03

- b. **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Em 31 de dezembro de 2017 a dívida líquida da Companhia somava R\$ 2.015,6 milhões, sendo que a geração de caixa operacional representada pelo EBITDA ajustado (excluindo-se os eventos não recorrentes), foi de apenas R\$ 590,0 milhões no exercício social de 2017. Aliado à situação financeira da Companhia, o País atravessa uma grave crise econômica, com forte queda no índice de confiança dos consumidores. A liquidez do mercado financeiro e de capitais está extremamente restrita, dificultando sobremaneira qualquer possibilidade de captação de novos recursos junto às instituições financeiras. Nesse contexto torna-se imperioso e urgente a gestão absolutamente criteriosa de todos os recursos financeiros de maneira a otimizar o caixa da Companhia

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Diante do atual nível de endividamento da Companhia e do cenário de recessão econômica, com aperto na liquidez do mercado financeiro, em que pesem os esforços para a melhoria da rentabilidade e da geração de caixa, a Administração entende que a distribuição da totalidade do dividendo obrigatório em relação ao exercício de 2017 é incompatível com a situação financeira da Companhia, sendo distribuído apenas a parcela referente aos dividendos dos acionistas preferencialistas. A parcela não distribuída de tais recursos serão canalizadas para a reserva especial mencionada no § 5º do mesmo dispositivo legal. Ressalte-se que, nos termos do art. 202, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, os lucros registrados na Reserva Especial para Dividendo obrigatório Não Distribuído, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva.**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável.**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**
- b. Identificar o montante destinado à reserva.**
- c. Descrever como o montante foi calculado.**

Item não são aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção.**

Item não são aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas de investimentos.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Item não são aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas de investimentos.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

| 2017 (R\$) |
|-------------------|
| 161.064.245,81 |

b. Explicar a natureza da destinação

Por força no disposto no art. 195-A da Lei 6.404/76 e do art. 30 da Lei nº 12.793/2014, a Reserva de Incentivos Fiscais constituída no exercício de 2012 no valor de R\$ 924.981,71, absorvida por prejuízos acumulados ainda no exercício de 2012 foi recomposta em razão dos lucros obtidos no exercício encerrado em 31/12/2017. Adicionalmente foi constituída reserva de incentivo fiscal no exercício de 2017 no montante de R\$ 160.139.264,10.

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subseqüente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários; (ii) gratificação natalina; (iii) gratificação de férias; (iv) auxílio alimentação; (v) auxílio moradia; (vi) plano de saúde; (vii) seguro de vida; (viii) ajuda de custo; (ix) previdência complementar; (x) adicional de transferência; (xi) irredutibilidade; (xii) vantagem pessoal; (xiii) auxílio educacional; (xiv) periculosidade; (xv) seguro funeral; (xvi) quarentena; (xvii) RVA; (xviii) INSS e (xix) FGTS, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

Conselho de Administração

| COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | DESCRIÇÃO E OBJETIVOS |
|--------------------------------|--|
| Remuneração Fixa Mensal | A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em 10% dos honorários médios mensais, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996 não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro administrativo, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função. |
| Remuneração Variável | Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por Remuneração Variável. |
| Benefícios Pós-Emprego | Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego. |
| Cessaç o do Exerc cio do Cargo | Os membros do Conselho de Administra o n o s o remunerados por benef cio motivados pela cessa o do exerc cio do cargo. |
| Remunera o Baseada em A o es | Os membros do Conselho de Administra o n o s o remunerados por remunera o es baseada em a o es. |

Diretoria Estatutária

| COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | DESCRIÇÃO E OBJETIVOS |
|---------------------------------------|--|
| Remuneração Fixa Mensal | Englobam a remuneração fixa mensal todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: honorários mensais, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio moradia, bem como, ajuda de custo de transferência, não devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente forem concedidos aos Empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função. |
| Remuneração Variável | Os membros da Diretoria Estatutária são remunerados por remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia. |
| Benefícios Pós-Emprego | Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefício pós-emprego na forma de contribuições a previdência complementar. |
| Cessação do Exercício do Cargo | Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo. |
| Remuneração Baseada em Ações | Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por remunerações baseada em ações. |

Conselho Fiscal

| COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | DESCRIÇÃO E OBJETIVOS |
|---------------------------------------|---|
| Remuneração Fixa Mensal | A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite da legislação vigente. A remuneração dos membros do Conselho fiscal é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. |
| Remuneração Variável | Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remuneração variável. |
| Benefícios Pós-Emprego | Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego. |
| Cessação do Exercício do Cargo | Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo. |
| Remuneração Baseada em Ações | Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remunerações baseada em ações. |

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total dos três últimos exercícios sociais foram, aproximadamente:

| Composição da Remuneração | 2017 | | | 2016 | | | 2015 | | |
|---------------------------------------|------------------|-------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------|------------------|-------------|-----------------|
| | Conselho de Adm. | Diretoria | Conselho Fiscal | Conselho de Adm. | Diretoria | Conselho Fiscal | Conselho de Adm. | Diretoria | Conselho Fiscal |
| Remuneração Fixa Mensal | | | | | | | | | |
| Salário ou pró-labore | 100% | 82% | 100% | 100% | 84% | 100% | 100% | 85% | 100% |
| Benefícios Diretos ou Indiretos | - | 6% | - | - | 5% | - | - | 4% | - |
| Participação em comitês | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Remuneração Variável | | | | | | | | | |
| Bônus | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Participação nos Resultados | - | 0% | - | - | 1% | - | - | 0% | - |
| Participações em Reuniões | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefícios Pós-Emprego | - | 11% | - | - | 11% | - | - | 11% | - |
| Cessação do Exercício do Cargo | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Remuneração Baseada em Ações | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal segue um processo já estabelecido por meio do qual:

- (i) o montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo acionista controlador Eletrobras com a participação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Chesf;
- (ii) a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;
- (iii) a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Chesf.

Caso qualquer dos órgãos acima indicados não aprove o montante correspondente à remuneração da Administração da Eletrobras, o processo é remetido de volta ao órgão anterior para revisão.

A remuneração da Administração da Chesf é reajustada conforme a variação dos índices oficiais que determinam a inflação.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPOG/SEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, que se justificam pela responsabilidade do cargo a eles atribuído.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existe membros não remunerados pelo emissor.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há vinculação do desempenho em relação à **remuneração fixa** dos administradores, pois os valores são fixados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Conselho de Administração aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

O Programa de Remuneração Variável está vinculado com as metas de desempenho estabelecidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, nos termos acertados com a Eletrobras e em alinhamento com as diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- ✓ Salário ou pró-labore: remuneração fixa, sem indicador vinculado.
- ✓ Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- ✓ Participação em Comitês: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Bônus: Os membros da Diretoria Estatutária receberão remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
- ✓ Participação nos Lucros e Resultados (PLR): Os membros da Diretoria Estatutária da Chesf recebem Participação nos Lucros ou Resultados - PLR como remuneração variável. A referida remuneração é estruturada para refletir o atendimento de indicadores de desempenho negociados com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e por ocasião das negociações de Acordos Coletivos de Trabalho entre a Companhia e as entidades sindicais. Os referidos indicadores também estão alinhados como resultados financeiros apresentados pela Companhia no exercício social.
- ✓ Participação em reuniões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Comissões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- ✓ Cessação de cargo: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Remuneração baseada em ações: a Chesf não pratica a referida remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

| Órgão | 2018 | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Nº de membros remunerados | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Remuneração fixa anual: | | | | |
| · Salário ou pró-labore | 478.181,13 | 3.855.621,30 | 204.934,77 | 4.538.737,20 |
| · Benefícios direto e indireto | - | 2.123.566,46 | - | 2.123.566,46 |
| · Participações em comitês | - | - | - | - |
| · Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável: | | | | |
| · Bônus | - | 704.872,33 | - | 704.872,33 |
| · Participação de resultados | - | - | - | - |
| · Participação em reuniões | - | - | - | - |
| · Comissões | - | - | - | - |
| · Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | | 499.013,52 | | 499.013,52 |
| Cessação do cargo | - | - | - | - |
| Baseada em ações (incluindo opções) | - | - | - | - |
| Total da remuneração | 478.181,13 | 7.183.073,61 | 204.934,77 | 7.866.189,51 |

*Os valores de 2018 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO. Os valores de janeiro a março de 2018 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2017, para o período de abril/2017 a março/2018, e os valores de abril a dezembro de 2018 estão baseados na proposta que será submetida a AGO/2018. Os valores acima apresentados não incluem encargos.

| Órgão | 2017 | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Nº de membros remunerados | 4,50 | 5,17 | 2,83 | 12,50 |
| Remuneração fixa anual: | | | | |
| · Salário ou pró-labore | 239.611,52 | 3.163.794,35 | 155.194,94 | 3.558.600,81 |
| · Benefícios direto e indireto | - | 234.864,41 | - | 234.864,41 |
| · Participações em comitês | - | - | - | - |
| · Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável: | | | | |
| · Bônus | - | - | - | - |
| · Participação de resultados | - | 14.610,89 | - | 14.610,89 |
| · Participação em reuniões | - | - | - | - |
| · Comissões | - | - | - | - |
| · Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | - | 430.493,92 | - | 430.493,92 |
| Cessação do cargo | - | - | - | - |
| Baseada em ações (incluindo opções) | - | - | - | - |
| Total da remuneração | 239.611,52 | 3.843.763,57 | 155.194,94 | 4.238.570,03 |

| Órgão | 2016 | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Nº de membros remunerados | 5,67 | 4,92 | 3,00 | 13,58 |
| Remuneração fixa anual: | | | | |
| · Salário ou pró-labore | 311.321,65 | 2.958.578,61 | 165.774,78 | 3.435.675,04 |
| · Benefícios direto e indireto | - | 162.991,26 | - | 162.991,26 |
| · Participações em comitês | - | - | - | - |
| · Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável: | | | | |
| · Bônus | - | - | - | - |
| · Participação de resultados | - | 22.342,85 | - | 22.342,85 |
| · Participação em reuniões | - | - | - | - |
| · Comissões | - | - | - | - |
| · Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | - | 384.767,14 | - | 384.767,14 |
| Cessação do cargo | - | - | - | - |
| Baseada em ações (incluindo opções) | - | - | - | - |
| Total da remuneração | 311.321,65 | 3.528.679,86 | 165.774,78 | 4.005.776,29 |

| Órgão | 2015 | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Nº de membros remunerados | 5,83 | 5,08 | 3,17 | 14,08 |
| Remuneração fixa anual: | | | | |
| · Salário ou pró-labore | 310.223,37 | 3.052.676,62 | 170.705,34 | 3.533.605,33 |
| · Benefícios direto e indireto | - | 162.304,47 | - | 162.304,47 |
| · Participações em comitês | - | - | - | - |
| · Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável: | | | | |
| · Bônus | - | - | - | - |
| · Participação de resultados | - | - | - | - |
| · Participação em reuniões | - | - | - | - |
| · Comissões | - | - | - | - |
| · Outros | - | - | - | - |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | - | 391.870,28 | - | 391.870,28 |
| Cessação do cargo | - | - | - | - |
| Baseada em ações (incluindo opções) | - | - | - | - |
| Total da remuneração | 310.223,37 | 3.606.851,37 | 170.705,34 | 4.087.780,08 |

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

| Órgão | 2018* | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Número de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Número de membros remunerados | - | 5,00 | - | 5,00 |
| Em relação ao bônus: | | | | |
| · Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - | - |
| · Valor previsto no resultado do exercício | - | 704.872,33 | - | 704.872,33 |
| Em relação a participação nos lucros: | | | | |
| · Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - | - |
| · Valor previsto no resultado do exercício | - | - | - | - |
| Total da remuneração | - | 704.872,33 | - | 704.872,33 |

* Os valores de 2018 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

| Órgão | 2017 | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Número de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Número de membros remunerados | - | 1,00 | - | 1,00 |
| Em relação ao bônus: | | | | |
| · Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - | - |
| · Valor previsto no resultado do exercício | - | - | - | - |
| Em relação a participação nos lucros: | | | | |
| · Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - | - |
| · Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício | - | 14.610,89 | - | 14.610,89 |
| Total da remuneração | - | 14.610,89 | - | 14.610,89 |

| Órgão | 2016 | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Número de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Número de membros remunerados | - | 1,00 | - | 1,00 |
| Em relação ao bônus: | | | | |
| · Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - | - |
| · Valor previsto no resultado do exercício | - | - | - | - |
| Em relação a participação nos lucros: | | | | |
| · Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - | - |
| · Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício | - | 22.342,85 | - | 22.342,85 |
| Total da remuneração | - | 22.342,85 | - | 22.342,85 |

| Órgão | 2015 | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Número de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 | 14,00 |
| Número de membros remunerados | - | - | - | - |
| Em relação ao bônus: | | | | |
| · Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - | - |
| · Valor previsto no resultado do exercício | - | - | - | - |
| Em relação a participação nos lucros: | | | | |
| · Valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| · Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | - | - | - | - |
| · Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício | - | - | - | - |
| Total da remuneração | - | - | - | - |

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente:

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

| Título | Diretoria | Conselho de Administração | Conselho Fiscal |
|--------------------------|-----------|---------------------------|-----------------|
| Ações Preferenciais (PN) | 0 | 6 | 0 |

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as informações em forma de tabela:

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev
- Caixa Seguradora

| Ano | Órgão | Membros | Membros remunerados | Plano | Administradores que reúnem as condições para se aposentar | Condições de se aposentar antecipadamente | Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social | Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social | Possibilidade de resgate antecipado e condições |
|------|-----------|---------|---------------------|-------------------|---|---|---|--|---|
| 2017 | Diretoria | 5,00 | 4,50 | Fachesf | 3 | 5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora. | R\$ 6.179.277,45 | R\$ 244.330,67 | 5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora. |
| | | | | Brasilprev | 1 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. | R\$ 733.959,61 | R\$ 30.241,62 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. |
| | | | | Faceal | 1 | 60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador. | R\$ 406.636,35 | R\$ 70.156,71 | 60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador. |
| | | | | Caixa Previdência | 3 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. | R\$ 151.668,51 | R\$ 131.171,41 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. |
| 2016 | Diretoria | 5,00 | 4,92 | Fachesf | 3 | 5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora. | R\$ 5.934.946,78 | R\$ 205.152,61 | 5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora. |
| | | | | Brasilprev | 2 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. | R\$ 703.717,99 | R\$ 88.960,72 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. |
| | | | | Faceal | 1 | 60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador. | R\$ 406.636,35 | R\$ 70.156,71 | 60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador. |
| 2015 | Diretoria | 5,00 | 5,08 | Caixa Previdência | 1 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. | R\$ 20.497,10 | R\$ 20.497,10 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. |
| | | | | Fachesf | 2 | 5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora. | R\$ 5.729.794,17 | R\$ 278.897,61 | 5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora. |
| | | | | Brasilprev | 0 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. | R\$ 614.757,27 | R\$ 101.091,82 | Não há condições, resgate a qualquer tempo. |

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para o resgate antecipado. O plano de previdência complementar da Fachesf prevê a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas pelos participantes, assim como de 90% da parte paga pela Companhia, depois de determinado tempo de contribuição. Todos os diretores detentores do plano de previdência da Fachesf já são elegíveis ao resgate nessas condições.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

| | | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal |
|-------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| 2017 | número de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 |
| | número de membros remunerados | 4,50 | 5,17 | 2,83 |
| | valor da maior remuneração individual | R\$ 54.795,48 | R\$ 990.596,04 | R\$ 54.795,48 |
| | valor da menor remuneração individual | R\$ 1.779,00 | R\$ 24.810,42 | R\$ 13.787,25 |
| | valor médio da remuneração individual | R\$ 53.247,00 | R\$ 743.954,24 | R\$ 54.774,68 |
| 2016 | número de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 |
| | número de membros remunerados | 5,67 | 4,92 | 3,00 |
| | valor da maior remuneração individual | R\$ 55.476,78 | R\$ 837.846,42 | R\$ 55.476,78 |
| | valor da menor remuneração individual | R\$ 15.576,14 | R\$ 219.720,56 | R\$ 22.978,75 |
| | valor médio da remuneração individual | R\$ 54.939,11 | R\$ 717.697,60 | R\$ 55.258,26 |
| 2015 | número de membros | 6,00 | 5,00 | 3,00 |
| | número de membros remunerados | 5,83 | 5,08 | 3,17 |
| | valor da maior remuneração individual | R\$ 53.837,88 | R\$ 817.258,31 | R\$ 53.838,08 |
| | valor da menor remuneração individual | R\$ 4.267,97 | R\$ 353.788,78 | R\$ 4.595,75 |
| | valor médio da remuneração individual | R\$ 53.181,15 | R\$ 709.544,53 | R\$ 53.906,95 |

| Mês | 2017 | | | 2016 | | | 2015 | | |
|--------------|---------------|-------------|-----------------|---------------|-------------|-----------------|---------------|-------------|-----------------|
| | Conselho Adm. | Diretoria | Conselho Fiscal | Conselho Adm. | Diretoria | Conselho Fiscal | Conselho Adm. | Diretoria | Conselho Fiscal |
| Janeiro | 6 | 6 | 3 | 6 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 |
| Fevereiro | 5 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 | 5 | 5 | 3 |
| Março | 5 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 | 5 | 5 | 3 |
| Abril | 3 | 5 | 1 | 6 | 5 | 3 | 5 | 5 | 3 |
| Mai | 4 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 |
| Junho | 4 | 5 | 3 | 6 | 4 | 3 | 7 | 6 | 3 |
| Julho | 4 | 5 | 3 | 6 | 4 | 3 | 6 | 5 | 4 |
| Agosto | 4 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 |
| Setembro | 4 | 5 | 3 | 5 | 6 | 3 | 6 | 5 | 3 |
| Outubro | 5 | 5 | 3 | 5 | 5 | 3 | 6 | 5 | 4 |
| Novembro | 5 | 6 | 3 | 5 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 |
| Dezembro | 5 | 5 | 3 | 5 | 5 | 3 | 6 | 5 | 3 |
| Total | 54 | 62 | 34 | 68 | 59 | 36 | 70 | 61 | 38 |
| Média | 4,50 | 5,17 | 2,83 | 5,67 | 4,92 | 3,00 | 5,83 | 5,08 | 3,17 |

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas

aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Na remuneração total devida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.

* * *